

Câmara conclui estudo de novo plano de saúde

JORNAL DE BRASÍLIA

A Comissão de Seguridade Social da Câmara apresentará ao presidente Itamar Franco um plano alternativo de seguro de saúde para a classe média, a pedido do próprio Itamar. De acordo com a proposta, a população se associa, sem interferência do governo, às santas casas, hospitais filantrópicos ou privados, dispensando os atuais seguros particulares. Os membros da Comissão acataram a sugestão do Presidente com base na experiência adotada desde 1985 pela Santa Casa de Juiz de Fora. Os juiz foranos tornaram-se sócios do hospital e pagam uma contribuição mensal que dá direito à assistência médica gratuita.

“As casas de saúde estão dispostas a prestar o mesmo tipo de serviço que os seguros particulares de saúde prestam”, justifica o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), integrante da Comissão. Em Juiz de Fora, o então provedor da Santa Casa, médico Juracy Neves, criou uma associação que fixa os valores das prestações mensais de acordo com o número de dependentes dos sócios. Em troca, oferece cobertura dos serviços médicos. “O sistema de saúde do governo é uma mecânica de fraude”, afirma o deputado.

Durante a semana passada, representantes de seguros de saúde privado, hospitais particulares, públicos e santas casas discutiram, na

Comissão de Seguridade, saídas para a adoção de um plano de saúde que atenda à classe média brasileira. A Federação Brasileira de Hospitais (FBH), segundo seu presidente, Carlos Eduardo Ferreira, apresentou uma proposta que repassa às empresas a responsabilidade pela assistência médica aos funcionários e seus dependentes. “O governo dispensaria a cobrança da parcela da Previdência Social e as empresas se incumbiriam de dar toda assistência médica aos funcionários e familiares”, explicou Ferreira.

Pela proposta da Federação, 80 milhões de brasileiros seriam imediatamente beneficiados com a medida. Ferreira ressalta que os desempregados e os aposentados teriam assistência médica garantida pelo governo, por meio da Previdência e Assistência Social. A transformação das santas casas, hospitais filantrópicos e hospitais privados em empresas de seguro de saúde não é bem aceita pela FBH.

O presidente da Federação afirma que, por este sistema, o governo teria que continuar pagando pelas internações hospitalares e os atendimentos de ambulatorios. Além disso, haveria necessidade de complementação de recursos. “O usuário, a empresa, o Estado ou o município terão que responder por esta complementação”, argumenta Ferreira.